

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE PASSO FUNDO - CODEPAS

Em 31 de Dezembro de 2023



Companhia de Desenvolvimento de Passo Fundo – CODEPAS

Balancos patrimoniais

Em 31 de Dezembro

(Em reais mil)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	400	344	Fornecedores	8	4.352	4.413
Contas a receber de clientes	5	3.159	685	Empréstimos e financiamentos	9	373	389
Estoques	6	1.335	1.101	Impostos e contribuições a recolher	10	1.754	49
Tributos a recuperar		-	31	Salários, férias e encargos sociais	11	2.242	1.715
Adiantamentos		27	12	Outras obrigações a pagar	12	3.203	2.967
Total do ativo circulante		4.921	2.173	Total do passivo circulante		11.924	9.533
Não circulante				Não circulante			
Outros créditos		123	110	Empréstimos e financiamentos	9	423	779
Imobilizado	7	3.022	2.992	Impostos e contribuições a recolher	10	1.722	2.974
Total do ativo não circulante		3.145	3.102	Provisões para contingências	13	1.664	550
				Precatórios	14	797	-
				Total do passivo não circulante		4.606	4.303
				Total do passivo		16.530	13.836
				Patrimônio líquido			
				Capital social	15	575	575
				Reserva Legal		27	27
				Ajuste de avaliação Patrimonial		2.367	2.367
				Prejuízos acumulados	16	(11.433)	(11.530)
				Total do patrimônio líquido		(8.464)	(8.561)
Total do ativo		8.066	5.275	Total do passivo e patrimônio líquido		8.066	5.275

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Passo Fundo – CODEPAS

Demonstração do Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro

(Em reais mil)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	17	18.917	15.778
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	18	(9.878)	(8.665)
Lucro bruto		9.039	7.113
Despesas com pessoal		(7.895)	(5.745)
Despesas administrativas e gerais		(2.175)	(1.803)
Despesas tributárias		(983)	(2.122)
Depreciação		(27)	(316)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		1.810	2.824
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(231)	(49)
Receitas financeiras		688	76
Despesas financeiras		(43)	(48)
Receitas (despesas) financeiras e variação cambial líquida		645	28
Resultado antes dos impostos e participação nos lucros		414	(21)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício		(1.695)	-
Prejuízo líquido do exercício		(1.281)	(21)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Passo Fundo - CODEPAS
Demonstração do Resultado Abrangente
Em 31 de dezembro

(Em reais mil)	2023	2022
Prejuízo líquido do exercício	(1.281)	(21)
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	-
(+/-) Outros resultados abrangentes de empresas investidas	-	-
Resultado abrangente do período	(1.281)	(21)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Passo Fundo – CODEPAS
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em 31 de Dezembro

(Em reais mil)

Descrição	Capital social	Reserva legal	Ajuste de Avaliação	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	575	27	4.028	(11.289)	(6.659)
Ajustes exercícios anteriores	-	-	-	(1.149)	(1.149)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(1.304)	(1.304)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	575	27	4.028	(13.742)	(9.112)
Ajustes exercícios anteriores	-	-	(1.198)	1.629	431
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(1.838)	(1.838)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	575	27	2.830	(13.951)	(10.519)
Ajustes exercícios anteriores	-	-	(164)	450	286
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(3.349)	(3.349)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	575	27	2.666	(16.850)	(13.582)
Ajustes exercícios anteriores	-	-	(299)	1.083	784
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(3.201)	(3.201)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	575	27	2.367	(18.968)	(15.999)
Ajustes exercícios anteriores	-	-	-	(5.906)	(5.906)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(2.363)	(2.363)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	575	27	2.367	(27.237)	(24.268)
Ajustes exercícios anteriores	-	-	-	15.728	15.728
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(21)	(21)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	575	27	2.367	(11.530)	(8.561)
Ajustes exercícios anteriores	-	-	-	1.378	1.378
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(1.281)	(1.281)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	575	27	2.367	(11.433)	(8.464)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Passo Fundo – CODEPAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Método Indireto)

Em 31 de dezembro

(Em reais mil)

	2023	2022
Fluxos de caixas das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(1.281)	(21)
(+) Depreciações/amortizações	28	403
Aumento/redução dos ativos	(2.705)	(415)
Contas a receber de clientes	(2.474)	(321)
Estoques	(234)	(192)
Tributos a recuperar	31	130
Adiantamentos	(15)	(1)
Outros créditos	(13)	(31)
Aumento/redução dos passivos	3.066	(14.940)
Fornecedores	(61)	263
Impostos e contribuições a recolher	453	(16.088)
Salários, férias e encargos sociais	527	292
Outras obrigações a pagar	236	593
Provisões para contingências	1.114	-
Precatórios	797	-
Caixa líquido tomado nas atividades operacionais	(892)	(14.973)
Fluxos de caixas das atividades de investimentos		
Investimentos	-	-
Imobilizado	(58)	(41)
Caixa líquido tomado nas atividades de investimentos	(58)	(41)
Fluxos de caixas das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	(372)	(389)
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.378	15.728
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	1.006	15.339
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	56	325
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	344	19
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	400	344

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE PASSO FUNDO – CODEPAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais mil)

01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A história da **Companhia de Desenvolvimento de Passo Fundo - CODEPAS** iniciou-se em 1984, no município de Passo Fundo - RS, através Lei nº 2115 de 1º de dezembro de 1984.

No final de 1993 a CODEPAS desvinculou-se da SMSU (Secretaria Municipal de Serviços Urbanos) e assumiu a forma de empresa pública de economia mista, com sede própria.

A Companhia de Desenvolvimento de Passo Fundo – CODEPAS é uma Sociedade Anônima, que opera nos ramos de: transporte coletivo de passageiros; na explosão, implosão e desmonte da pedreira municipal, Estacionamento Rotativo da Área Azul de Passo Fundo, coleta de lixo domiciliar e seletivo na cidade de Passo Fundo e Operação da Central de Transbordo, procurando dessa forma trazer opções de utilização de bens e serviços, para a população passofundense em geral.

Suas contas são controladas e aprovadas por auditoria municipal e pelo Tribunal de Contas do Estado.

A Companhia de Desenvolvimento de Passo Fundo trabalha para melhorar a vida das pessoas, incentivando o desenvolvimento econômico e social da comunidade. Por isso, desenvolvemos uma identidade visual, mais dinâmica e humanizada, que através de suas cores apresenta a diversidade da nossa gente, e pela imagem das mãos representa a força do trabalho coletivo.

Responsabilidade Corporativa

Zelamos pela sustentabilidade, longevidade e perenidade da organização, incorporando ações de ordens sociais, econômicas, ambientais nos negócios, valores e operações. Na observância de que práticas discriminatórias sob qualquer pretexto são totalmente inaceitáveis.

Objeto social

O objeto da sociedade é a exploração das seguintes atividades:

- Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal;
- Administração de obras;

- Obras de engenharia civil;
- Coleta de resíduos não-perigosos;
- Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado;
- Extração de granito e beneficiamento associado;
- Outras atividades auxiliares dos transportes;
- Estacionamento de veículos.

02 – POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), introduzidos no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Não há mudanças nas operações da Empresa, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Empresa ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2024.

2.2. BASE DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais que é a moeda de apresentação, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos não circulantes e instrumentos financeiros, que são apresentados pelo valor justo.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir:

- a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros;
- b) Definição e revisão de vida útil de imobilizados;
- c) Valor justo de instrumentos financeiros;
- d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

2.3. PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS APLICADOS

Na elaboração das demonstrações financeiras a empresa utilizou a aplicação dos seguintes pronunciamentos técnicos contábeis:

- CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos;
- CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa;
- CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas;
- CPC 12 – Ajuste a valor presente;
- CPC 14 – Instrumentos financeiros;
- CPC 16 – Estoques;
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
- CPC 27 – Ativo imobilizado;
- CPC 28 – Propriedade para investimento;
- CPC 46 – Mensuração do valor justo.

03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o princípio contábil da competência.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

b) Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

A Empresa revisa estas premissas e estimativas semestralmente. Segue abaixo os assuntos objeto de estimativa pela Empresa:

- Ajuste ao valor justo de ativos e passivos;
- Vida útil dos bens do ativo imobilizado;
- Valor justo de instrumentos financeiros;
- Perdas com créditos de liquidação duvidosa;
- Provisão para contingências (processos judiciais, fiscais, trabalhistas e cíveis); e
- Ajuste a valor presente de ativos e passivos de longo prazo.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da empresa, exceto quando indicado de outra forma.

e) Ativos circulante e não circulante

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, sejam iguais ou inferiores a 90 dias, ou seja, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado.

Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

- **Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e ajustado ao valor presente quando aplicável e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor justo e, quando aplicável, ajustado ao seu valor presente, em conformidade com o CPC 12.

A provisão para perdas de créditos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

- **Estoques**

São avaliados ao custo médio de aquisição inferior aos valores de mercado.

Provisões para obsolescência, ajustes a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoques de baixa movimentação são registrados quando necessário.

- **Imobilizado**

Reconhecimento e mensuração

Apresentado pelo custo de aquisição, formação, construção ou desmontagem, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda menos os custos de vender.

Depreciação

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os

efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Redução ao valor recuperável

Os ativos imobilizados têm o seu valor recuperável testado por ocasião do levantamento das demonstrações financeiras, caso haja indicadores de perda de valor.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, a empresa não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e conseqüentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

- **Demais ativos circulante e não circulante**

São apresentados ao valor líquido de realização.

f) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

- **Fornecedores**

São inicialmente reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações cambiais incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

- **Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias, acrescidos dos respectivos encargos incorridos, até a data de encerramento do exercício.

- **Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

- **Incentivos Fiscais**

A empresa não possui incentivos fiscais.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro (CSLL) são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

h) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme abaixo:

Conta	2023	2022
Caixa	21	53
Bancos c/movimento	379	291
Total	400	344

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos por numerários disponíveis em moeda corrente nacional e saldos nas contas correntes bancárias.

A empresa dispõe de uma política corporativa para o gerenciamento de caixa e equivalentes de caixa que estabelece as diretrizes, procedimentos e responsabilidades nas tomadas de decisão em conformidade ao plano estratégico e às boas práticas administrativas.

a) Bancos conta movimento

A composição do saldo bancário em 31 de dezembro de 2023 era a seguinte:

Instituição financeira	2023	2022
Banrisul	379	291
Total	379	291

05 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes estavam assim compostas na data das demonstrações financeiras:

Conta	2023	2022
Duplicatas a receber	3.307	783
(-) Provisão Créditos de Difícil Liquidação	(148)	(98)
Total	3.159	685

A composição dos valores a receber por cliente é a seguinte:

Cliente	2023	2022
Pref. Munic. De Passo Fundo	715	421
Jairo Roberto Frank	98	98
Fame Serviços De Limpeza Ltda - Clientes	178	102
Rogério Edgar Oliveira	36	68
Coleurb Coletivos Urbanos Ltda	116	-
Maidana Comunicação Visual Ltda - M	-	8
Tadeu Karczeski	50	-
Eleandro Correa	1	1
Henrique de Oliveira Cortez - ME	3	5
Débitos Em Discussão Pmpf	2.110	80
Prov. P/ Cred. de Liquidação Duvidosa	(148)	(98)
Total	3.159	685

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, estão classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

06 – ESTOQUES

Os estoques da empresa na data base estavam assim compostos:

Estoques	2023	2022
Estoques de Vales Transportes	64	95
Estoque Material de Consumo	458	475
Estoque Combustível	45	50
Estoque Pneus	30	30
Estoque Moedas Parquímetro	34	50
Serviços em Andamento	704	401
Total	1.335	1.101

Os estoques são avaliados pelo método PEPS – Primeiro que Entra Primeiro que sai. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição para venda são contabilizados na formação dos estoques.

A provisão para ajuste de estoque a valor de mercado é constituída quando o valor justo registrado no estoque for superior ao valor de realização.

07 – IMOBILIZADO

O imobilizado totalizava R\$ 3.022 mil em 31/12/2023 (R\$ 2.992 mil em 31/12/2022) e estava assim composto:

Conta	2023	2022
Equipamentos	182	170
Moveis e Utensílios	65	54
Coletivos Urbanos Ônibus	5.646	5.646
Equipamentos P/ Informática	186	168
Veículos	153	153
Posto de Combustível	61	61
Área Industrial	2.149	2.149
Caminhões	1.544	1.544
Parquímetros	950	950
Equipamentos Estacionamento Rotativo	75	58
(-) Depreciações acumuladas	(7.989)	(7.961)
Total	3.022	2.992

A evolução do ativo imobilizado da empresa em 2023 foi a seguinte:

Conta	2022	Incrementos	Baixas/Transf.	Deprec.	2023
Equipamentos	170	12	-	-	182
Moveis e Utensílios	54	11	-	-	65
Coletivos Urbanos Ônibus	5.646	-	-	-	5.646
Equipamentos P/ Informática	168	18	-	-	186
Veículos	153	-	-	-	153
Posto de Combustível	61	-	-	-	61
Área Industrial	2.149	-	-	-	2.149
Caminhões	1.544	-	-	-	1.544
Parquímetros	950	-	-	-	950
Equipamentos Estacionamento Rotativo	58	17	-	-	75
(-) Depreciações acumuladas	(7.961)	-	-	(28)	(7.989)
Total	2.992	58	-	(28)	3.022

A depreciação no exercício social de 2023 totalizou R\$ 403 mil e foi calculada levando-se em consideração a vida útil dos bens.

08 – FORNECEDORES

Os valores a pagar a fornecedores totalizavam R\$ 4.352 mil em 31/12/2023 (R\$ 4.413 mil em 31/12/2022), conforme composição demonstrada a seguir:

Descrição	2023	2022
Fornecedores Gerais	4.352	4.413
Total	4.352	4.413

A composição dos valores a pagar por fornecedor é a seguinte:

Fornecedor	2023	2022
Crvr -Cia Rg De Valorização De Resíduos S/A	3.493	3.485
Vibra Energia S/A - Petrobras	352	347
Rosalen Indústria Riograndense de Tintas Ltda.	54	-
Rsc Comercio De Peças Para Caminhões Ltda	41	34
Fundação Universidade de Passo Fundo	39	-
Carnevalli Bombas Injetoras	35	-
Sinal Shop Comércio de Produtos para Sinalização	27	-
Retifica o Desbravador Ltda.	26	2
Zpneus Comércio de Pneus Peças e Acessórios Automotivos	21	45
Outros	264	500
Total	4.352	4.413

09 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Conta	2023	2022
Arrendamento Mercantil	1.183	1.749
(-) Juros a Transcorrer	(387)	(581)
Total	796	1.168
Passivo circulante	373	389
Passivo não circulante	423	779

10 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os impostos e contribuições a recolher totalizavam R\$ 3.475 mil em 31/12/2023 (R\$ 3.023 mil em 31/12/2022), conforme composição demonstrada a seguir:

Conta	2023	2022
IRRF	1.296	99
PIS	883	-
COFINS	4.960	-
CSLL a recolher	482	
ISSQN a Recolher	1	6.514
Parcelamento de Tributos Federais	8.280	7.680
Provisão Tributária Tributos Federais Judicial	(12.427)	(4.743)
Provisão Tributária Municipal Judicial	-	(6.527)
Total	3.475	3.023
Passivo circulante	1.754	49
Passivo não circulante	1.721	2.974

a) Provisão Impostos Judicializados

No decorrer do exercício de 2022 a Companhia abriu o processo interno nº 08/2022 acerca do provisionamento de tributos judicializados de ISS, PIS, COFINS, INSS, PARAFISCAIS, onde conforme Parecer jurídico já foi obtido decisões de 1º Grau Favorável a empresa tendo direito a Imunidade Recíproca com extinção de tributos e restituição de valores.

A contabilidade com base no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, passivos Contingente e ativos Contingentes realizou o reconhecimento, pois havia uma obrigação presente, um provável benefício econômico e uma estimativa confiável do valor dos tributos judicializados, os valores relativos

a exercícios anteriores foram contabilizados diretamente na conta Prejuízos Acumulados, pois os mesmos não se referiam ao exercício de 2022 não podendo interferir em seu resultado.

A apuração do IRPJ e CSLL conforme a solução de Consulta COSIT nº 651 de 27/12/2017 e Ato Declaratório Interpretativo SRF nº 25 de 24/12/2003, evidencia que não existe incidência de IRPJ e CSLL dos valores dos tributos restituídos, tendo em vista a IMUNIDADE TRIBUTARIA, pois a empresa não teria a obrigação de apuração, mas no entanto os juros no caso de procedência das Ações, integram a base de Cálculo do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, Desta forma para fins fiscais foi excluído da base de cálculo na apuração trimestral, sendo que os mesmos farão parte somente quando da procedência das ações.

No decorrer do ano de 2023 ocorreu o trânsito e julgado da ação o ISS, vindo a municipalidade a excluir de seus registros a cobrança do ISS no montante de R\$ 7.330 mil.

Tendo em vista a esta exclusão do ISS, como a Companhia não possui a Imunidade Tributária Federal ainda, obrigatoriamente se fez necessário a inclusão destes valores na base de cálculo do IRPJ e CSLL, pois os mesmos haviam sido utilizados como redução da base de cálculo para apuração destes tributos.

O impacto desta apuração ocorreu parte no Segundo Trimestre de 2023 no valor de R\$ 1.089 mil de IRPJ bem como o valor de R\$ 421 mil de CSLL, totalizando no trimestre um valor de R\$ 1.510 mil, de impostos a recolher e no terceiro trimestre onde o mesmo teve R\$ 150 mil de IRPJ e de R\$ 61 mil de CSLL a recolher, sendo um montante no trimestre de R\$ 211 mil.

b) Recuperação de Tributos

A Codepas tendo em vista que o ISS que possuía registrado nos seus demonstrativos foi todo excluído no decorrer de 2023, em virtude da ação de IMUNIDADE TRIBUTÁRIA ter sido favorável a companhia, realizou o levantamento das notas fiscais dos últimos 05 anos referente ao ISS que foi retido pelo Município.

A apuração demonstrou um valor originário de R\$1.380 mil, o qual para a sua atualização foi embasado nos artigos 166, 167 e 168 do Código Tributário, bem como foi utilizado o tema Repetitivo 905 do Supremo Tribunal de Justiça – STJ, o qual nos determina que a atualização dos índices e juros são os mesmos praticados pela entidade praticante, que no caso os

mesmos índices cobrados pelo Município de Passo Fundo de seus devedores.

Dessa forma após a realização da atualização a CODEPAS possuía um valor de R\$ 2.030 mil a ser restituído da municipalidade, vindo a ser registrado no balanço da Companhia, realizando também a abertura de um processo interno sob número 2023/51451 junto ao Município solicitando a restituição dos valores apurados.

11 – SALÁRIOS, FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

Os salários, férias e encargos sociais totalizavam R\$ 2.242 mil em 31/12/2023 (R\$ 1.715 mil em 31/12/2022), conforme composição demonstrada a seguir:

Conta	2023	2022
Ordenados e salários a pagar	378	234
INSS a recolher	799	492
FGTS a recolher	60	53
Provisão de férias	774	727
Prov. encargos s/férias	145	138
Créditos de funcionários	70	56
Férias a pagar	14	14
Rescisões a pagar	2	1
Total	2.242	1.715

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa não possui benefício pós-emprego que caracterize passivo atuarial.

12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

As outras obrigações a pagar totalizavam R\$ 3.203 mil em 31/12/2023 (R\$ 2.967 mil em 31/12/2022) e estavam assim compostos:

Conta	2023	2022
Taxa de Regularização PMPF	3.202	2.825
Subvenção a apropriar	1	142
Total	3.203	2.967

a) Subvenção a apropriar

A companhia no ano de 2022 recebeu subvenção para assistência financeira para custear a gratuidade das pessoas idosas no transporte coletivo urbano de passageiros, instituída pela Emenda Constitucional nº 123 de 14 de julho de 2022, regulamentada pela Portaria Interministerial MDR/MMFDH nº 09 de 26 de agosto de 2022.

Os valores recebidos em atendimento a Portaria interministerial foram utilizados exclusivamente para auxiliar no custeio do transporte coletivo, onde o Município de Passo Fundo assinou o Termo de Adesão em 21/10/2022.

A CODEPAS realizou a escrituração da subvenção com base no Pronunciamento Técnico CPC 07(R1), sendo seu reconhecimento como Receita ao longo do exercício com os custos que foram compensados.

13 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração da empresa, suportada pela opinião de sua assessoria jurídica, avaliou a possibilidade de ocorrência de contingências passivas da seguinte forma:

a) Tributária

A Companhia não possui contingências passivas de natureza tributária na data das demonstrações financeiras.

Toda dívida tributária está registrada contabilmente.

b) Cíveis e Trabalhistas

A Companhia registrou contabilmente as Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas com provável possibilidade de perda das ações, conforme composição abaixo em 31 de dezembro de 2023:

Contingências Passivas	2023	2022
Cíveis e Trabalhistas	1.664	550
Total	1.664	550

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia também mantinha em andamento processos de ordem cível e trabalhista, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

De acordo com o CPC 25 que trata das Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes a contabilização das contingências segue as seguintes premissas:

- ✓ **Provável:** a assessoria jurídica julga com grau relevante de certeza que a empresa irá perder, tendo prejuízo financeiro e contabilização a ser realizada;
- ✓ **Possível:** a assessoria jurídica julga com mesmo grau de possibilidade a perda ou ganho por parte da empresa, ou seja, há grande incerteza não havendo contabilização a ser realizada;
- ✓ **Remota:** a assessoria jurídica julga com grau relevante de certeza o ganho por parte da empresa, não havendo contabilização a ser realizada.

As referidas premissas foram avaliadas e constam adequadamente nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

14 – PRECATÓRIOS

Os precatórios totalizavam R\$ 797 mil em 31/12/2023 e estavam assim compostos:

Precatório	2023	2022
Rafael da Silva Pereira	586	-
Antônio Pereira	108	-
Carlos Alberto Sertori Kemp	103	-
Total	797	-

15 – CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023, o Capital Social totalizava R\$ 575 mil, conforme abaixo:

Descrição	2023	2022	% Integralização
Capital Social	575	575	100%
Total	575	575	100%

O capital social está integralizado e é inteiramente nacional, representado por 57.543 (cinquenta e sete mil quinhentos e quarenta e três) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 10,00 (dez reais) cada uma. O quadro acionista é composto pela Prefeitura Municipal de Passo Fundo, com 98,80% e

CAPASEMU com 1,20%, relação percentual/quantidade de ações. O prejuízo por ação foi de R\$ 22,27 (Vinte e dois reais e vinte e sete centavos) neste exercício social, tendo sido usado o cálculo (Prejuízo Líquido : nº. de ações).

16 – PREJUÍZOS ACUMULADOS

Em 31 de dezembro de 2023, a conta prejuízos acumulados estava assim composta:

Descrição	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(11.530)
Ajustes exercícios anteriores	1.378
Prejuízo líquido do exercício	(1.281)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(11.433)

A conta prejuízos acumulados existem várias correções de fornecedores relativos a despesas de anos anteriores.

No entanto existem correções do INSS por parcelamento especial no montante de R\$ 131 mil bem como o valor de R\$ 1.409 mil referente ao processo de restituição do ISS retido das notas de prestação de serviços da CODEPAS, as quais impactaram positivamente para a Companhia uma vez que reduziram a conta prejuízos acumulados.

No encerramento do exercício a empresa possuía um saldo na conta prejuízos acumulados no valor de R\$ 11.433 mil, tendo em vista ao provisionamento de tributos judicializados, recuperação de ISS tendo em vista o ganho da ação de IMUNIDADE TRIBUTÁRIA, e solicitação de restituição de valores retidos nas notas emitidas pela Companhia.

17 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida está demonstrada a seguir:

Conta	2023	2022
Receita bruta	20.042	17.107
Devoluções das receitas (tributos e devoluções)	(1.125)	(1.329)
Total	18.917	15.778

a) Receita de Subvenção

A companhia no ano de 2023 recebeu subvenção para assistência financeira para custear a gratuidade das pessoas idosas no transporte coletivo urbano

de passageiros, instituída pela Emenda Constitucional nº 123 de 14 de julho de 2022, regulamentada pela Portaria Interministerial MDR/MMFDH nº 09 de 26 de agosto de 2022.

Os valores recebidos em atendimento a Portaria interministerial foram utilizados exclusivamente para auxiliar no custeio do transporte coletivo, onde o Município de Passo Fundo assinou o Termo de Adesão em 21/10/2022.

A CODEPAS realizou a escrituração da subvenção com base no Pronunciamento Técnico CPC 07(R1), sendo seu reconhecimento como Receita ao longo do exercício com os custos que foram compensados.

O valor reconhecido como Receita de subvenção no exercício de 2023 foi de R\$ 162 mil sendo que os juros recebidos na conta aberta junto a instituição financeira também fazem parte da subvenção recebida pela empresa.

No decorrer do ano de 2023 o Município de Passo Fundo, implementou a Lei 5.739/2023, Decretos 99/2022, decreto 53/2023, Decreto 54/2023 referente a concessão de subsidio tarifário ao Transporte Público de Passo fundo.

A partir destas legislações passou-se a ter em Passo fundo duas tarifas no transporte coletivo, sendo uma a tarifa técnica e a outra a tarifa para o usuário.

O valor reconhecido como Receita de subvenção Municipal no exercício de 2023 foi de R\$ 2.216 mil, sendo que os juros recebidos na conta aberta junto a instituição financeira também fazem parte da subvenção recebida pela empresa.

O valor reconhecido em todo o exercício de 2023 foi o montante de R\$ 2.365 mil a título de subvenção federal e municipal.

A CODEPAS possuía um saldo no encerramento do exercício na conta Banrisul – Subsídios 04.0196582-7, o valor de R\$ 1 mil para ser reconhecido no próximo exercício conforme os custos forem serem realizados.

18 – CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS

A composição era a seguinte:

Custo	2023	2022
Coletivos	(6.099)	(3.951)

Pedreiras	(2)	(7)
Posto de Combustível	-	(2)
Coleta de Lixo	(2.631)	(2.110)
Estacionamento Rotativo	(1.132)	(2.003)
Oficina Mecânica	(14)	(592)
Total	(9.878)	(8.665)

19 – DEMONSTRAÇÃO DO EBITDA

A demonstração EBITDA (Lucro operacional antes dos juros, depreciações e tributos sobre o lucro) da empresa está evidenciada a seguir:

Descrição	2023	2022
Prejuízo operacional antes dos tributos	414	(21)
(+) Depreciações/amortizações	28	403
(+) Resultado financeiro líquido	(645)	(28)
Valor Ebitda	(203)	354
Faturamento líquido	18.917	15.778
Ebitda	(203)	354
Margem Ebitda	-1,07%	2,24%

20 – COBERTURA DE SEGUROS (não auditado)

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos.

Os montantes contratados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A Empresa mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do País, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para perdas e danos que decorram do desaparecimento de cargas, concomitantemente com o veículo transportador.

O escopo de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, o qual foi determinado pela administração da empresa e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

21 – ASPECTOS AMBIENTAIS (não auditado)

As instalações da Empresa estão sujeitas às regulamentações ambientais.

A Empresa diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos, obtendo as licenças ambientais para funcionamento.

A Empresa acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

22 – HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A empresa considera como pessoal-chave da administração os Diretores Contratados.

A empresa não oferece benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo a seus administradores.

FERNANDO MULLER PIRES
CPF: 392.126.100-72
Diretor Presidente

DEGNOR PIMENTEL REIS
CPF 980.052.270-00
Diretor Administrativo – Financeiro

CÉSAR REBECHI
CPF: 735.872.810-68
Contador
CRC/RS 69.030
CNPJ 1.432
Codepas